

**Colonialidade do saber e universidade no Brasil: a necessária promoção da justiça cognitiva\***

**Larisse Miranda de Brito<sup>1</sup>  
Georgina Gonçalves dos Santos<sup>2</sup>**

Esse trabalho surge como resultado da investigação, “Novas rotas para o Ensino Superior no Brasil: os Bacharelados Interdisciplinares da UFRB”, desenvolvida no ano de 2015, no Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre Universidade da Universidade Federal da Bahia (PPGEISU/UFBA) por Brito (2015), uma das autoras desse trabalho. Nele, buscamos aprofundar uma discussão acerca da colonialidade do saber como marca de surgimento de universidades no Brasil e o necessário rompimento com essa lógica para a promoção da justiça cognitiva no país.

Os padrões coloniais no período pós-independência (1822) e abolição da escravidão (1888), mantiveram-se através de diferentes aspectos dos quais nos interessa a negação de acesso ao sistema formal de ensino à população negra e aos povos indígenas. Preocupados com a manutenção de seus privilégios, os dirigentes nacionais se esquivavam das responsabilidades oficiais voltadas para promoção dos direitos democráticos e mantiveram apatia quanto à criação de universidades no país. Sem alterar, contudo, as condições de sua prole de ingressar em carreiras liberais dirigindo-se as Universidades de Coimbra e de Paris. Enquanto os negros brasileiros se amontoavam

---

\* Grupo de Trabalho: 3 - Descolonización epistémica desde el Sur indo-afro-latinoamericano

<sup>1</sup> Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade. Professora do curso de Serviço Social da Faculdades Maurício de Nassau (Campus Salvador e Lauro de Freitas) e da Faculdade Anísio Texeira (Feira de Santana-Ba). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil (OVE/UFBA/UFRB).

<sup>2</sup> Doutora em Sciences de l'Éducation - Université de Paris VIII (2006). Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo Vice-reitora e Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil (OVE).

em guetos sem qualquer infraestrutura ou inclusão no sistema capitalista nascente e os povos indígenas resistiam à sua quase extinção. Assim, nossa elite compôs-se hegemonicamente branca, preocupada em manter seus privilégios, o que aprofundou o fosso sociocultural e político-econômico entre seus descendentes e aqueles pertencentes aos grupos étnicos negros e dos povos indígenas desprovidos de acesso aos direitos fundamentais.

Na década de 1930, quando são propostos dois projetos distintos e consistentes de criação de universidades no Brasil: de um lado intelectuais brasileiros como Anísio Teixeira (baiano) e Darcy Ribeiro (mineiro) propunham a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) e, de outro, empresários paulistanos, desejosos de afirmar seu poderio político através do desenvolvimento do conhecimento científico para benefício da consolidação da economia industrial no estado, criam a Universidade de São Paulo (USP) (ALMEIDA FILHO, 2007; BRITO, 2015)

Em 1932, a elaboração do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, que contou com a colaboração de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Hermes Lima e Cecília Meireles, diagnosticava uma espécie de falta de organização de políticas educacionais no país somado a projetos de desenvolvimento econômico despreocupados com questões desse tipo. Expuseram a fragilidade da formação docente e uma formação autodidata da elite intelectual do país. Na compreensão dos assinantes do Manifesto, a educação como direito social e dever do Estado, desse modo qualquer distinção de ordem econômica ou social deveria ser erradicada para garantir igualdade de acesso e permanência aos diversos setores sociais brasileiros. Outro ponto de destaque do documento, é o respeito às características diversas da(s) cultura(s) nacional que deveria ser efetivada através de uma gestão descentralizada fundamentada em diretrizes nacionais consistentes, além da defesa de uma educação laica e gratuita para garantia da inclusão de jovens provenientes dos setores populares. A integração dos níveis de ensino tendo a universidade como

centro desse processo aparece como proposta indispensável para reparar a precariedade da formação docente e autodidatismo intelectual.

Os intelectuais que assinavam o manifesto previam que os estudantes, no nível primário de ensino, deveriam receber uma educação que os preparasse para ingresso no ensino secundário com finalidade profissionalizante e humanística ou científica, baseada em uma cultura geral, flexível, que possibilitasse o desenvolvimento de habilidades técnicas e intelectuais. Para Brito (2015) o projeto teve como principal perspectiva extirpar as segmentações baseadas em critérios econômicos e ou sócio raciais para promover diferenciações estabelecidas pelas habilidades e desejos próprios dos estudantes. Assim, as universidades deveriam pensar o ensino como profissionalização, mas a partir de um diálogo profundo com os núcleos de pesquisa científica e cultural

Ainda de acordo com a autora, a proposta dos Pioneiros estava baseada no modelo estadunidense inaugurado em 1909, após a Reforma Flexner. Para ela, essa inspiração, não foi uma tentativa de cópia irresponsável de um modelo externo como ocorreu com o processo de surgimento das escolas superiores no país, que ao reproduzir o sistema francês elaborado por Napoleão Bonaparte no século XIX, não se preocupou em adaptá-la de modo mais eficaz a realidade nacional. A ideia subjacente ao projeto era estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do país com uma formação cultural e identitária que levasse em conta as especificidades nacionais.

Dois anos após a publicação do manifesto, empresários paulistanos apresentam sua proposta de criação de uma universidade no estado. Assim, em detrimento do projeto do surgimento da UDF, nasce a Universidade de São Paulo (USP) tendo a pesquisa como sua função principal com a intenção de utilizar a ciência como instrumento para a retomada do *status* econômico da elite paulistana. Reconhecer a USP como instituição importante para o surgimento de um paradigma de universidade no Brasil, não significa reconhecê-la como nosso próprio paradigma universitário. Vinculada aos interesses das elites, a instituição aprofunda a compreensão equivocada, que parece

estar presente no imaginário social brasileiro, que entende direito como privilégio, portanto distingue àqueles que terão ou não acesso a eles. Nesse jogo de interesses deixa-se de lado a demanda nacional por acesso igualitário aos direitos fundamentais.

Além disso, tanto a USP quanto as instituições que surgiram depois de sua criação, adotaram um modelo curricular profissionalizante, baseado na fragmentação disciplinar com currículos recheados das ideias de homens brancos em detrimento da construção do saber daqueles que não pertencem a esse grupo, o que contribui para o aprofundamento do que Quijano (2002; 2005) vai chamar de **colonialidade do saber** que silencia e destrói a intelectualidade de povos não-brancos através do epistemicídio. A universidade torna-se local de produção e exercício da colonialidade do saber através da sua contribuição para o aprofundamento do racismo epistêmico e do epistemicídio com o intuito de promover e auto afirmar a epistemologia europeia e norte-americana. Ao mesmo tempo elas se tornam assunto central nos debates sobre as transformações sócio-políticas recentes que apontam o conhecimento como um importante aliado para o progresso dos países e convocam a universidade a resignificar sua relação com a sociedade, especialmente no que se refere ao acesso à formação oferecida nesse espaço de educação.

Desde a década de 1940, a população brasileira, através dos setores médios, elabora estratégias para pressionar o governo a ampliar o ingresso no nível superior baseada na ideia de mobilidade social através da educação. Contudo, a literatura especializada aponta que apenas na década de 1960, podem ser observadas medidas que se direcionam no sentido de ampliar o número de vagas. Entretanto, priorizou-se naquele momento um incentivo ao setor privado, isso resultou no aumento desse tipo de instituição somada a ineficiência do governo na fiscalização dos seus serviços ocasionando tanto a expansão do processo de mercadorização da educação quanto na precarização dos serviços ofertados (NOGUEIRA, 2008; BRITO, 2015).

A década de 1980 trouxe o protagonismo de Abdias do Nascimento (deputado pelo Partido Democrático Trabalhista), que propunha o enfrentamento das desigualdades

## Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 2, n. 1, 2018.

raciais pela via educacional. De acordo com Santos (2009), o Projeto de Lei (PL) 1.332/83 previa, em seu Art.12, parágrafo V a “Concessão de bolsas de estudos a estudantes negros a fim de aumentar sua qualificação profissional”. Essa pode ser considerada como a primeira iniciativa legal de formulação de ações afirmativas no país, cujo Projeto, entretanto, foi arquivado no final da década.

Durante a década de 1990, o protagonismo do Movimento Negro retomou a reivindicação de ampliação de acesso da população negra ao nível superior de ensino. Na ocasião de realização da Marcha para Zumbi dos Palmares foi entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma proposta de ações para enfrentamento do racismo que previa a adoção de ações afirmativas que possibilitassem o ingresso das populações negras aos níveis técnicos e superiores de ensino com destaque para as universidades (SANTOS 2009; BRITO, 2015).

Nesse período, o Ministério da Educação (MEC) opôs-se à adoção de reserva de vagas para a população negra. Assim, o país seguiu fomentando a ampliação do ensino privado até, pelo menos, 2004, quando o governo federal chefiado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) como resultado dos reflexos da II Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em 2001, na cidade de Durban (SANTOS, 2009; BRITO, 2015).

O lançamento, do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades (REUNI), em 2007, sinalizou para uma tentativa do governo em transformar a educação universitária no Brasil, apontando direções gerais, incitando transformações curriculares e respeitando a autonomia de cada instituição que deveria apresentar um projeto adequado aos parâmetros para receber o orçamento destinado a essa empreitada.

Ao enfrentar o problema de acesso, através do incentivo ao ingresso de estudantes de origem popular em cursos de nível superior, com especial atenção para as universidades públicas, o Brasil começou a promover a justiça social. O que não é o mesmo que romper com a colonialidade persistente nos modelos disponíveis de

universidade. No entanto, o avanço na promoção da justiça social pode interferir positivamente na construção da **justiça cognitiva**, o que resultaria no reconhecimento do direito à coexistência e legitimação de diversas formas de conhecimento (SANTOS; et. al., 2004), não apenas tolerância à pluralidade.

É possível afirmar que o surgimento de universidades no Brasil foi atravessado por, pelo menos, três aspectos: 1) seu **caráter demasiadamente elitista** que parece empenhar-se em proteger privilégios em detrimento dos interesses da população geral, 2) a **proliferação de instituições privadas como instrumento de ampliação de vagas** e 3) ser caráter **estritamente profissionalizante e despreocupada com o reconhecimento e legitimação dos saberes produzidos pelos povos indígenas e negros**, o que rendeu às instituições nacionais uma espécie de fosso que as distancia tanto da realidade nacional, fazendo dessas instituições “templos” habitados por uma parcela de privilegiados, quanto das universidades do resto do mundo, devido à opção por um modelo anacrônico que quase já não encontra berço em outros países (BRITO, 2015).

É razoável considerar que seu caráter profissionalizante atuou contra uma concepção do processo educativo como direito coletivo, forjando um imaginário social que compreende a educação superior como privilégio daqueles que estão inseridos em um contexto familiar de alguma tradição profissional. Esse processo impossibilitou pensar a educação como instrumento de autonomia do pensamento nacional. A raiz desse problema encontra-se no poder do pensamento colonial que persiste operando a favor da produção de um sistema excludente e apático diante da realidade nacional. Assim, a promoção da justiça cognitiva requer um debate sobre a descolonização da ciência e da universidade que tencione a produção de instituições originais que nos possibilite redimensionar o ensino através de uma relação intercultural crítica (WALSH, 2009) dos modos de produção e disseminação dos conhecimentos.

#### Referências:

**Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**  
**v. 2, n. 1, 2018.**

a) Livros:

ALMEIDA FILHO, N. *Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad crítica y educación intercultural*. La Paz, 2009.

b) Artigos em coletâneas:

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO (Orgs.). *A Colonialidade do saber, eurocentrismo Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: << [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>> Acesso em: 24 de novembro de 2016.

SANTOS, B. S.; et. all. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Boaventura de Sousa Santos; et. al. (Orgs.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 2004.

c) Artigos em periódicos:

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: *Revista Novos Rumos*, nº 37, ano 17, 2002, p. 4- 28.

d) Artigos em periódicos da Internet:

BRITO, L. M. *Novas Rotas para o Ensino Superior no Brasil: os bacharelados interdisciplinares da UFRB*. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2015. Disponível em: << <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18380>>>. Acesso em: janeiro de 2017.

NOGUEIRA, J. F. F. *Reforma da Educação no Governo Lula: debate sobre ampliação e democratização do acesso*. Brasília: UnB, 2008. 123 p. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1230/1/DISSERTACAO\\_2008\\_JaanaFlaviaFernandesNogueira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1230/1/DISSERTACAO_2008_JaanaFlaviaFernandesNogueira.pdf)>> Acesso em: janeiro de 2017.

**Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**  
**v. 2, n. 1, 2018.**

SANTOS, D. B. R. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política afirmativa*. Salvador: UFBA, 2009. 209 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: << <https://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778> >> Acesso em: 22 de setembro de 2016